

**A.I. Nº** - 269189.0001/02-5  
**AUTUADO** - TRANSUNICA TRANSPORTADORA UNIVERSAL DE CARGAS LTDA.  
**AUTUANTES** - JOÃO JOSÉ DE SANTANA  
**ORIGEM** - INFAZ BARREIRAS  
**INTERNET** - 11/06/2003

### 3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF Nº 0196-03/03

**EMENTA:** ICMS. 1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. SERVIÇO DE TRANSPORTE. RECOLHIMENTO A MENOR DO IMPOSTO EM DECORRÊNCIA DE ERRO NA APURAÇÃO DOS VALORES DEVIDOS. 2. IMPOSTO LANÇADO E RECOLHIDO A MENOS. DECORRENTE DO DESENCONTRO ENTRE O VALOR DO IMPOSTO RECOLHIDO E O ESCRITURADO NO LIVRO REGISTRO DE APURAÇÃO. Infrações caracterizadas. Rejeitada a preliminar de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 27/02/02, exige ICMS no valor de R\$ 11.106,61, em decorrência das seguintes infrações:

1. Recolhimento a menor do ICMS em decorrência de erro na apuração dos valores do imposto nas prestações de serviço de transporte rodoviário;
2. Recolhimento a menor do ICMS em decorrência de desencontro entre o valor do imposto recolhido e o escriturado no livro Registro de Apuração.

O autuado apresenta impugnação, às fls. 20 a 22, solicitando a nulidade da autuação, sob alegação de que não foi devidamente intimado da realização da fiscalização. Aduz que apenas tomou conhecimento do Termo Final de Fiscalização, não sendo cientificado do Termo de Início de Fiscalização. Transcreve o art. 28, I, do RPAF/99, entendendo que a autuação possui irregularidade procedimental insanável. Ao final, solicita a nulidade do Auto de Infração.

O autuante, em informação fiscal (fl. 25), ratifica a autuação dizendo que o Termo de Início de Fiscalização foi devidamente lavrado (fl. 11). Argumenta que tal fato se torna mais evidente com a apresentação, por parte do autuado, da documentação fiscal anexada às fls. 06 a 10. Transcreve o art. 26, IV, do RPAF/99 e, considerando que o autuado não entrou no mérito da autuação, pede a sua procedência.

#### VOTO

Inicialmente rejeito a preliminar de nulidade suscitada, uma vez que o Termo de Início de Fiscalização foi lavrado pelo autuante, estando anexado aos autos à fl. 11. Ademais, não pode prosperar a argumentação defensiva de que apenas tomou conhecimento da atuação através do

Termo Final de Fiscalização, haja vista que a apresentação, por parte do autuado, da documentação que foi anexada aos autos às fls. 06 a 10, comprova que o contribuinte estava ciente da ação fiscal. Portanto, entendo que o princípio do contraditório não foi ferido, salientando, ainda, que o sujeito passivo teve 30 (trinta dias) para apresentar sua defesa após tomar ciência do Auto de Infração.

Em relação ao mérito, não houve manifestação por parte do autuado. Pelo que dispõe o art. 140, do RPAF/99, o fato alegado por uma das partes, quando a outra não o contestar, será admitido como verídico se o contrário não resultar do conjunto das provas.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3<sup>a</sup> Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 269189.0001/02-5, lavrado contra **TRANSUNICA TRANSPORTADORA UNIVERSAL DE CARGAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 11.106,61**, acrescido da multa de 60% prevista no art. 42, II, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 02 de junho de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

TEREZA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA